

Concluída a difícil fase 2 de renegociação da dívida externa

por Sônia Jourdani
de São Paulo

Das 10 às 16 horas de hoje, os representantes de mais de oitocentos bancos envolvidos nos quatro projetos da fase 2 de refinanciamento da dívida externa passaram pelo Hotel Pierre, em Nova York, encerrando um processo de negociação longo, cansativo e, como haviam antecipado alguns membros da comunidade credora, bastante difícil.

Articulado em meados de 1983, o "pacote" brasileiro para este ano prevê a concessão de US\$ 6,5 bilhões em novos empréstimos (o "jumbo", ou projeto 1), no qual estão engajados 792 bancos. Depois, vem a "rolagem" de US\$ 5,4 bilhões, aproximadamente, que correspondem às amortizações a vencer neste ano. Nesse item do pacote, conhecido como projeto 2, ou "deposit facility agreement", estão envolvidos 554 bancos. No projeto 3, ou "trade facility", 231 bancos se comprometeriam a garantir linhas de crédito comerciais de curto prazo nos níveis de 30 de junho de 1983, ou seja, US\$ 10,2 bilhões. Com o projeto 4, "interbank facility", o governo pretende garantir US\$ 6 bilhões em depósitos de curto prazo de bancos estrangeiros em agências de instituições brasileiras no exterior. Dessas linhas de facilidade interbancária deveriam participar 275 instituições credoras, mantendo níveis de depósito registrados a 30 de junho de 1983.

Pouca coisa, porém, saiu como foi planejada, a começar pelo prazo previsto para o fechamento do pacote. Quando ele começou a ser montado, com o apoio do FMI e do comitê assessor da dívida, era dada como certa sua assinatura em fins de novembro. Os coordenadores dos projetos contavam com a força de argumentação do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, que a 10 de outubro — já notadas as resistências da comunidade de credora —, saiu pelo mundo em missão de convencimento, percorrendo

quanto crescia a oposição de diversos bancos árabes regionais norte-americanos e pequenas e médias instituições européias. Foram necessárias outras viagens, muitas, aliás, de Pastores e do ministro do Planejamento, Delfim Netto, para vencer os argumentos básicos desses credores: de que os grandes bancos dos EUA emprestaram dinheiro demais ao Brasil e deviam arcar com o custo da imprudência; de que o Brasil, necessitado como está de recursos, não poderia exigir prazos maiores nem condições melhores para o pagamento da dívida; e, finalmente — o que não foi formulado claramente, mas insinuado —, de que o País deveria conceder garantias maiores em troca de risco.

Por isso tudo, e pelas diversas derivações práticas desses argumentos, as idas e vindas que marcaram as negociações são incontáveis, como o são número de vezes que as autoridades de Brasília e William Rhodes, presidente do comitê assessor, pronunciaram a frase: "Agora vai". E não ia. Os projetos arrastavam-se e não fechavam, de nada valendo as explicações de que só com o "jumbo" os dólares entrariam novamente no circuito de pagamento dos juros, que estava com atrasos acumulados a meses.

GRANDE DEVEDOR

Este foi um ponto particularmente nevrálgico. O Brasil, maior tomador de toda a história bancária, havia centralizado o câmbio (final de julho) para, priorizando a remessa de divisas, adotar uma política de administração dos atrasados. Era a posse do poder do devedor, fazendo a comunidade financeira internacional temer pelo seu equilíbrio.

Uma situação-limite, mas mesmo assim o Brasil chegou ao fim do ano fechando suas contas com um déficit de US\$ 3,3 bilhões, e quando, já na segunda semana de janeiro, ainda faltavam US\$ 150 milhões para o jumbo, o governo dos Estados Unidos engajou-se diretamente

vários países no que ficou conhecido como "Brazilian Road Show".

PROCESSO LONGO

Dessa viagem ele certamente saiu convencido de que o processo realmente seria longo e cansativo, porque as adesões ao pacote pingavam lentamente no comitê de Nova York, en-

nas negociações e usou todo o seu poder de pressão. Talvez tenha partido da constatação de que uma dívida de quase US\$ 100 bilhões, se não pode ser paga, também não pode ser ignorada, porque passa a ser de todos, na medida em que todos dependem de sua solução, mesmo temporária, como a que será dada hoje.

Hoje, o fim da fase 2

por Milton Coelho da Graça
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

As fisionomias de todos revelavam ontem o fim da tensão, e o ministro Galvêas, pouco antes de se dirigir para o jantar no Hotel Pierre, disse a este jornal, em tom de franca alegria, que "está tudo certinho". "Acho que com isso terminamos o 'round' mais importante", afirmou. "Daqui para a frente temos apenas de administrar o que já está equacionado."

Ironicamente, no mesmo momento em que estava sendo divulgado o comunicado Rhodes-Pastore, o Council on Foreign Relations, uma importante organização privada, recebia um convidado especial para falar sobre a dívida brasileira: Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central. Segundo a regra de ouro do conselho, tudo que é dito em suas reuniões é estritamente "off the record", isto é, não deve ser comentado por nenhum dos participantes. Mesmo representantes da Associated Press e do The Wall Street Journal, que comparecem como membros da organização, seguem a regra. Mas um dos presentes disse a este jornal que a maioria das perguntas feitas a Langoni, após a palestra, revelou a existência de grande inquietação em relação ao sucesso do programa do Fundo Monetário Internacional.

No dia anterior, quarta-feira, Langoni também fez uma conferência, na Sociedade das Américas (America's Society). Este jornal chegou a ser convidado pelo serviço de imprensa. Mas no início da semana o convite foi retirado. A assessora de imprensa informou que a conferência fora cancelada. Mais tarde, este jornal apurou que, na verdade, a conferência fora antecipada para as 14 horas (em vez de 17h30) do mesmo dia, sendo retirada



Ernane Galvêas

dos todos os convites a pessoas não-sócias, inclusive jornalistas.

Um amigo de Langoni explicou que ele fora convidado em novembro para fazer as duas palestras, quando a assinatura do "pacote" ainda estava marcada para o fim daquele mês. Com os sucessivos atrasos, a palestra ficou numa data — dois dias antes da assinatura — inconveniente tanto para Langoni quanto para a America's Society.

Economista do FMI encerra coleta de dados

A economista Ana Maria Jul, chefe-adjunto da Divisão do Atlântico do Fundo Monetário Internacional (FMI), que encerra hoje sua missão no País, informou ontem à Agência Globo que considera suficientes, para a preparação da visita da missão de consultoria do Fundo, a partir do próximo dia 6, os dados que recolheu durante seus quatro dias em Brasília.

Ontem, Ana Maria Jul permaneceu no Departamento Econômico do Banco Central (Depec), coletando os últimos dados sobre os indicadores de 1983 e as primeiras estimativas para este mês.